

# Ademilar Administradora de Consórcios S.A.

CNPJ: 84.911.098/0001-29 - Curitiba - PR

Durante 2019 foram normatizadas pelo órgão regulador Banco Central do Brasil, procedimentos para elaboração e divulgação a ser aplicados prospectivamente para as demonstrações financeiras relativas às datas-bases a partir de janeiro de 2020, divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), bem como quanto à remessa de informações a respeito da divulgação de dados abertos e remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da central de demonstrações financeiras do Sistema Financeiro Nacional.

A administração avalia semestralmente os possíveis impactos dessa nova orientação para, posteriormente, mensurar os seus efeitos, porém estima-se, que as alterações não ocasionarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A escrituração contábil dos grupos de consórcios obedece às regras da Carta-Circular nº 3.147/04, com posteriores alterações trazidas pela Carta-Circular nº 3.192/05, do Banco Central do Brasil.

Na elaboração das demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios, a coluna valor no período representa os valores coletados e utilizados movimentados no semestre, e a coluna valor acumulado, representa os valores coletados e utilizados desde o início dos grupos de consórcios em andamento.

**Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos e Gestão de Riscos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.2 Gestão de Riscos

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Essa gestão é realizada pela administração da Companhia que identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros para que sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Esses riscos estão relacionados ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, entre elas a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

**Nota 4. Resumo dos Principais Procedimentos e Práticas Contábeis**

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da administradora e consolidadas dos grupos de consórcio, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes:

**I - Principais Diretrizes Contábeis da Administradora**

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, exceto quanto à taxa de administração dos grupos de consórcios que é escriturada na administradora por ocasião do pagamento da contribuição mensal pelo consorciado.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou aplicação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

d) Ativo Permanente

- Outros Investimentos

Está demonstrado ao custo de aquisição.

- Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição e reavaliação espontânea (nota explicativa "8"), acrescido de correção monetária até 31/dez/95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

	% Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Residual 31/dez./19	Residual 31/dez./18
Terrenos	0	0	0	0	1.700
Edificações	4	0	0	0	695
Móveis e Utensílios	10	517	(280)	237	279
Veículos	20	0	0	0	1.377
Computadores	20	1.409	(713)	696	646
Instalações	10	240	(170)	70	87
Máquinas e Equipamentos	10	201	(170)	31	35
Sistema de Segurança	10	26	(24)	2	4
Marcas Patentes	0	4	0	4	4
Imobilizações em Curso	0	262	0	262	408
Total		2.659	(1.357)	1.302	5.235

e) Redução Ao Valor Recuperável Dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2019, com base no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração da sociedade avaliou, através de fontes internas ou externas, a existência de alguma indicação de que os ativos possam ter sofrido desvalorizações e julgou, dessa forma, não ser necessária a realização do teste de recuperabilidade.

f) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações e correções monetárias incorridas.

Estão calculados levando-se em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis, acrescidos de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% do lucro tributável antes do imposto de renda, ajustado conforme legislação específica.

g) A Companhia é tributada pelo Lucro Real.

h) Resultado por Ação

Calculado com base no número de ações, conforme Estatuto Social.

**II - Principais Diretrizes Contábeis dos Grupos de Consórcios**

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, sendo que os rendimentos remanescentes dessas aplicações após a apropriação dos rendimentos vinculados às obrigações por contemplações a entregar, são incorporados ao fundo comum de cada grupo, por intermédio de rateio proporcional à participação de cada grupo no total das receitas.

b) Outros Créditos

No ativo circulante, direitos junto a consorciados contemplados referem-se às parcelas vincendas a título de fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor do bem vigente no mês e, aplicáveis aos consorciados contemplados Normais, Em Atraso e Em Cobrança Judicial, como segue:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Direitos junto a consorciados contemplados	660.202	539.463
- Normais	642.145	518.737
- Em Atraso	4.043	4.093
- Cobrança Judicial	14.012	16.633

c) Contas de Compensação Ativa/Passiva

As contas de compensação representam informações adicionais sobre: provisão mensal de recursos a receber de consorciados, contribuições devidas ao grupo e valor dos bens e serviços a contemplar, sendo calculados com base no valor do bem vigente no mês e não afetam a posição patrimonial estática dos grupos na data das demonstrações financeiras.

d) Obrigações com Consorciados

As obrigações com consorciados representam os recursos recebidos cuja destinação não foi identificada, acrescidos de atualização monetária.

e) Valores a Repassar

Referem-se aos valores recebidos e ainda não repassados a terceiros a título de taxa de administração, prêmios de seguros, multa rescisória contratual e outros.

f) Recursos a Devolver aos Consorciados

Representam as obrigações junto aos consorciados desistentes e excluídos, deduzidos da multa rescisória contratual e valores

a serem ressarcidos pelos excessos de amortização.

g) Recursos dos Grupos

Representam os recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelas remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem ou serviço.

**III - Resumo das Operações de Consórcios**

a) Posição das Operações de Consórcios

Informamos a seguir, dados complementares relativos às operações de consórcios em:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
- Número de Grupos Administrados	35	32
- Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	2.047	1.803
- Quantidade de Bens Entregues no Exercício	1.851	1.601
- Quantidade Total de Bens Entregues dos Grupos em Andamento	7.927	7.056
- Quantidade Total de Bens Entregues Pela Administradora	16.861	15.010
- Número de Consorciados Ativos	41.344	33.432
- Número Total de Consorciados Desistentes/Excluídos	40.727	31.884
- Taxa de Inadimplência	10,04%	12,00%

b) Taxa de Administração

A taxa de administração arrecadada nos grupos de consórcios está de acordo com os seguintes percentuais médios:

Imóveis

15,72% a 28,00%

c) Taxa de Administração Futura

Valor da Taxa de administração futura a receber sobre consorciados em:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Conсорciados Contemplados/Não Contemplados	1.185.366	918.764

**Nota 5. Transações com Partes Relacionadas**

- Investimentos em Coligadas e Controladas

A Companhia não possui investimentos em coligadas e controladas.

- Controladora

A Companhia é controlada pela empresa Ademicon Participações Societárias S/S Ltda., a qual detém 99,88% de suas ações.

- Partes Relacionadas

Para o período não foram realizadas transações entre partes relacionadas, realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, inerentes à transferência de recursos, serviços, direitos ou obrigações entre partes relacionadas, exceto ao mencionado na nota explicativa "9 - Distribuição de Dividendos".

**Nota 6. Títulos e Valores Mobiliários**

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Carteira Própria	16.736	6.311
- Quotas em Fundos de Aplicação Financeira	16.736	6.311

**Nota 7. Composição de Saldos do Balanço Patrimonial**

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
a) Ativo Circulante		
- Outros Créditos		
- Diversos	1.949	1.821
- Adiantamentos Salariais	69	50
- Devedores diversos no país	1.880	1.771
b) Ativo Realizável a Longo Prazo		
- Outros Créditos	6.694	5.394
- Valores Específicos	4.794	3.547
- Valores Pendentes de Recebimento - Cobrança Judicial - Grupos Encerrados	4.794	3.547
- Diversos	1.900	1.847
- Devedores Diversos - País	1.848	1.795
- Depósito Judicial	52	52
c) Passivo Circulante/Outras Obrigações		
- Diversas	5.736	4.946
- Provisão p/Pagamentos a Efetuar	902	893
- Credores Diversos - País	568	2
- Obrigações p/Recursos de Consorciados - Grupos Encerrados (Recursos não Procurados)	4.266	4.051
d) Passivo Exigível a Longo Prazo		
- Outras Obrigações		
- Diversas	4.861	4.087
- Credores Diversos - País	54	540
- Provisão Para Passivo Contingente	13	0
- Obrigações p/Recursos de Consorciados - Grupos Encerrados (Recursos Pendentes de Recebimento - Cobrança Judicial)	4.794	3.547

- Valores Pendentes de Recebimento - Cobrança Judicial - Grupos Encerrados

- Diversos

- Devedores Diversos - País

- Depósito Judicial

c) Passivo Circulante/Outras Obrigações

- Diversas

- Provisão p/Pagamentos a Efetuar

- Credores Diversos - País

- Obrigações p/Recursos de Consorciados - Grupos Encerrados (Recursos não Procurados)

- Encerrados (Recursos Pendentes de Recebimento - Cobrança Judicial)

d) Passivo Exigível a Longo Prazo

- Outras Obrigações

- Diversas

- Credores Diversos - País

- Provisão Para Passivo Contingente

- Obrigações p/Recursos de Consorciados - Grupos Encerrados (Recursos Pendentes de Recebimento - Cobrança Judicial)

4.794

3.547

4.861

4.087

54

540

13

0

4.794

3.547

4.861

4.087

54

540

13

0

4.794

3.547

4.861

4.087

54

540

13

0

4.794

3.547

4.861

4.087

54

540

13

0

4.794

3.547

4.861

4.087

54

540

13

0

4.794

3.547

4.861

4.087

54

540

13

0

4.794

3.547

4.861

4.087

54

540

13

0

4.794

3.547

4.861

4.087

54

540

13

0

4.794

3.547

4.861

4.087

54

540

13

0

4.794

3.547

4.861

4.087

## FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Nilo Peçanha, 421 – BOM RETIRO – CURITIBA - PARANÁ

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Entidade supra, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto da Entidade e a Legislação vigente e em razão de caráter emergencial, tendo em vista a pandemia da COVID-19, pois existem Decretos que proíbem assembleias de forma física para evitar aglomeração e também na forma indicada na MP 936, essa votação será de forma eletrônica por e-mail entre os dias 06 (seis) e 08/05/2020 (oito de maio de dois mil e vinte) para votação e aprovação do ROL de Reivindicações o qual será encaminhado também por e-mail e as sugestões deverão ser encaminhadas pelos Delegados até 2 (dois) dias antes da votação, ou seja dia 04/05/2020 (quatro de maio de dois mil e vinte) a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

A) Autorização por e-mail para a Diretoria negociar com as categorias econômicas CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, Piso Salarial e fixação da Taxa Negocial para os trabalhadores inorganizados em sindicato dos municípios de ADRIANÓPOLIS, AGUDOS DO SUL, CAMPO DO TENENTE, CERRO AZUL, DOUTOR ULYSSES, IPIRANGA, IVAÍ, LAPA, ORTIGUEIRA, PIÊN, PORTO AMAZONAS, QUITANDINHA, RESERVA, RIO BOM, RIO NEGRO, SENGÉS e TIJUCAS DO SUL, representados por esta Entidade, com data-base em 1º de Junho, bem como, a aprovação do ROL de reivindicações da categoria, conforme base supracitada.

O "quorum" para validade da Assembleia dependerá do comparecimento e votação, em única convocação, no horário acima, de 2/3 (dois terços) dos Delegados-Representantes presentes.

CURITIBA, 17 DE ABRIL DE 2020.

LEOCIDES FORNAZZA – Presidente

## SUMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERÇÃO.

A Biosani Indústria e Comércio de Produtos Médicos e Odontológicos, CNPJ. 06.143.681/0001-23, torna público

que recebeu do IAP a Licença de Operação nº 112327-R1 para fabricação de materiais para medicina e odontologia,

com validade até 09 de junho de 2020, Instalada na Avenida Thereza de Souza Carneiro, 1327 – Distrito Industrial Hugo Parin - Bairro: Jardim Ceres - CEP: 84.990-000 - Cidade:

Arapoti-PR.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
7ª SUPERINTENDÊNCIA - PR

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DA JARI-PR

A Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Paraná torna público o Edital nº 01/2020/SPRF-PR, conforme Processo Administrativo nº 08659.029997/2017-11. Objeto: procedimento para cadastramento e credenciamento de pessoas interessadas em compor e atuar como integrante, com conhecimento na área de trânsito conforme item 4.1, e de entidades representativas da sociedade ligadas à área de trânsito, conforme item 4.2, ambos itens do referido Edital e constantes na Resolução nº 357 de 02 de agosto de 2010 do CONTRAN, nas Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI - da SRPRF-PR. Prazo de Inscrição: será de 10 (dez) dias após esta publicação. Procedimento para inscrição: em decorrência da epidemia COVID-19, o atendimento ao público foi suspenso nas Unidades da PRF do Paraná. Dessa forma, o requerimento da pessoa ou entidade interessada será recebido em envelope fechado, remetido por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios). A correspondência deve ser enviada à Sede da SPRF-PR, localizada na BR 476, nº 10.150, Prado Velho, Curitiba-PR, CEP 81690-150. O Edital completo poderá ser obtido gratuitamente, encaminhando solicitação por meio do seguinte e-mail: [jari.pr@prf.gov.br](mailto:jari.pr@prf.gov.br). Outras informações podem ser obtidas por intermédio do telefone (41) 3535-1965.

## SUMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Biosani Indústria e Comércio de Produtos Médicos e Odontológicos, CNPJ. 06.143.681/0001-23 torna público

que irá requer ao IAP a renovação de sua Licença de Operação nº 112327-R1 para fabricação de materiais para

medicina e odontologia até a data de 09 de junho de 2025, Instalada na Avenida Thereza de Souza Carneiro, 1327 –

Distrito Industrial Hugo Parin - Bairro: Jardim Ceres - CEP: 84.990-000 - Cidade: Arapoti-PR.

# TRIBUNA

## QUER ANUNCIAR?

### SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO E NO DIGITAL

